

Demonstrativo Financeiro

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o desenvolvimento de suas atividades, a CPRM contou, no exercício de 2002, com recursos da ordem de R\$ 120.470 mil, sendo R\$ 104.402 mil oriundos do Tesouro Nacional e R\$ 16.068 mil provenientes de Receita Própria, conforme exposto na Tabela abaixo e demonstrado no gráfico a seguir.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2002, a CPRM obteve um resultado positivo de R\$ 419.822,52, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras anexadas ao presente relatório.

Elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com os padrões estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as Demonstrações Financeiras refletem a aplicação integral dos recursos orçamentários destinados às atividades-fim da CPRM, compreendendo os projetos

de: mapeamento geológico; levantamentos aerogeofísicos; levantamento dos recursos hídricos e minerais; e gestão territorial, objetivando divulgar e disponibilizar informações geológicas e hidrológicas básicas para o desenvolvimento sustentável do País.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Administração da CPRM está propondo à Assembléia Geral a seguinte distribuição do resultado do exercício 2002:

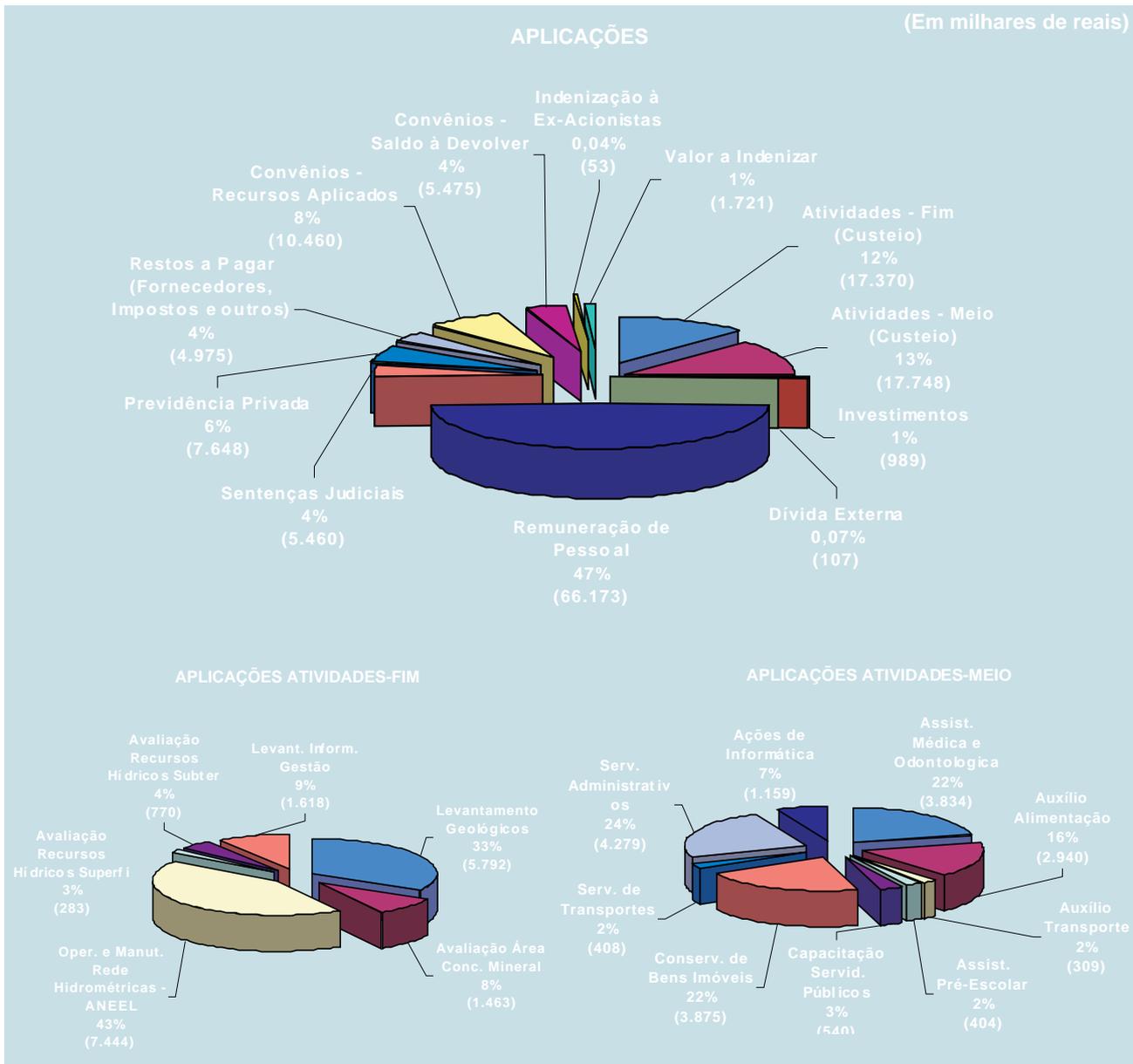
- Constituição de Reserva Legal de 5% do Lucro Líquido, no valor de R\$ 20.991,13, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.
- Destinar 25% para o pagamento de dividendos, conforme Artigo 50, II, do Estatuto, no valor de R\$ 99.707,85; e
- Transferência do saldo remanescente, no valor de R\$ 299.123,54, para ser incorporado à Conta de Lucros Acumulados.

Tabela – Demonstração de Origens e Aplicações Financeiras no Exercício Findo em 31 de dezembro de 2002

(Em milhares de reais)

ORIGEM			APLICAÇÃO	
Recursos do Tesouro		104.402	Atividades - Fim (Custeio)	17.370
			Atividades - Meio (Custeio)	17.748
			Investimentos	989
			Dívida Externa	107
Receita Própria		16.068	Remuneração de Pessoal	66.173
			Sentenças Judiciais	5.460
			Previdência Privada	7.648
			Restos a Pagar (Fornecedores, Impostos e outros)	4.975
SUB-TOTAL		120.470	SUB-TOTAL	120.470
Convênios com Destaque Orçamentário		15.935	Convênios - Recursos Aplicados	10.460
			Convênios - Saldo à Devolver	5.475
Recursos destacados pela União para indenizar os ex-acionistas		1.774	Indenização à Ex-Acionistas	53
			Valor a Indenizar	1.721
TOTAL		138.179	TOTAL	138.179

Demonstração da Distribuição das Aplicações por Atividades



AUDITORIA INTERNA

No exercício de 2002 foram realizadas nove (9) auditorias internas abrangendo as Unidades Regionais da CPRM de maior representatividade para a área de controle, sem desprezar os históricos de incidências e avaliação comportamental dos órgãos quanto às respostas às ações de auditoria. Verificou-se que todas as recomendações e ou determinações expedidas pelos

órgãos de Auditoria Interna, do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas da União foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Examinados os controles internos administrativos da Entidade com base nos procedimentos e técnicas utilizadas na área de auditoria, foi concluído que os mesmos estão devidamente adequados e de conformidade com as normas internas.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
(Em milhares de reais)

ATIVO

	2002	2001
CIRCULANTE	27.528	22.232
Bens numerários e depósitos bancários a vista	19.039	14.535
Contas a receber	2.521	1.599
Materiais	990	602
Impostos a recuperar	2.103	2.072
Adiantamentos para despesas	1.461	1.023
Depósitos e cauções	1.411	1.285
Despesas antecipadas	0	549
Convênios com entidades diversas	0	231
Outros créditos	3	336
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	13.355	14.362
Fundo financeiro de pesquisa mineral	1.832	1.835
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	6.683	6.578
Direitos minerais a negociar	12	12
Adquirentes de direitos minerais	3.458	3.925
Financiamentos à pesquisa mineral	957	958
Outros créditos	413	1.054
PERMANENTE	26.592	28.701
Investimentos	505	508
Imobilizado	26.042	28.148
Diferido	45	45
TOTAL DO ATIVO	67.475	65.295

PASSIVO

	2002	2001
CIRCULANTE	22.261	21.698
Fornecedores	3.734	5.320
Financiamentos a pagar	169	161
Impostos e encargos sociais a pagar	2.730	2.520
Provisão para férias	4.957	6.046
Provisão para contingências	750	750
Contas e despesas a pagar	4.457	4.505
Convênios com Entidades Diversas	3.600	421
Créditos subvencionados para indenização de acionistas	1.719	1.842
Credores por aquisição de direitos minerais	45	45
Dividendos propostos	100	88
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	891	583
Financiamentos a pagar	891	583
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44.323	43.014
Capital realizado atualizado	26.773	26.773
Reservas de capital	6.646	5.930
Reservas de reavaliação	7.597	7.914
Reservas de lucros	101	80
Lucros acumulados	3.206	2.317
TOTAL DO PASSIVO	67.475	65.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

UMBERTO RAIMUNDO COSTA
Diretor-Presidente

THALES DE QUEIROZ SAMPAIO
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

ALFREDO DE ALMEIDA PINHEIRO FILHO
Diretor de Administração e Finanças

LUIZ AUGUSTO BIZZI
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

PAULO ANTONIO CARNEIRO DIAS
Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento

PALMIRO FRANCO CAPONE
Contador CRC-RJ 022.372/T-2-DF
CPF 108981077-68

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Em milhares de reais)

	2002	2001
Receitas de prestação de serviços e de operações de pesquisas	16.068	18.571
Receitas de subvenções para operações de pesquisas	103.414	122.984
	<u>119.482</u>	<u>141.555</u>
Custo de prestação de serviços e de operações de pesquisas	(59.924)	(72.177)
Lucro bruto	<u>59.558</u>	<u>69.378</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Financeiras, líquidas	55	355
Gerais e administrativas	(56.860)	(68.099)
Honorários da administração superior	(686)	(553)
	<u>(57.491)</u>	<u>(68.297)</u>
Lucro líquido operacional	2.067	1.081
Receitas (menos despesas) não operacionais	(23)	100
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.044	1.181
Contribuição social	(433)	(223)
Provisão para o imposto de renda	(1.191)	(586)
Lucro líquido do exercício	<u>420</u>	<u>372</u>
Lucro por ação	<u>0,14</u>	<u>0,13</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
(Em milhares de reais)

	Capital Subscrito Integralizado	Ações em Tesouraria	Reserva Especial Dividendos	Reservas de Capital		Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
				Subvenções	Reserva Especial Lei 8200/91				
Saldos em 31 de dezembro de 2000	26.773	(1)	0	2.374	2.113	8.230	61	1.463	41.013
Realização de Reservas	-	-	-	-	(273)	(316)	-	589	0
Subvenções Recebidas	-	-	-	1.716	-	-	-	-	1.716
Realização de Ações em Tesouraria	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	372	372
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	19	(19)	0
Dividendos Autorizados	-	-	-	-	-	-	-	(88)	(88)
Saldos em 31 de dezembro de 2001	26.773	0	0	4.090	1.840	7.914	80	2.317	43.014
Realização de Reservas	-	-	-	-	(273)	(317)	-	590	0
Subvenções Recebidas	-	-	-	989	-	-	-	-	989
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	420	420
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	21	(21)	0
Dividendos Autorizados	-	-	-	-	-	-	-	(100)	(100)
Saldos em 31 de dezembro de 2002	26.773	0	0	5.079	1.567	7.597	101	3.206	44.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DE APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
(Em milhares de reais)

	2002	2001
ORIGENS DE RECURSOS	7.009	8.016
Nas Operações	5.003	5.090
Lucro Líquido	420	372
Mais: Encargos Que Não Representam Saída de Recursos:	5.002	4.998
Depreciação e Amortização	3.556	3.273
Variações Monetárias de Financiamentos a Longo Prazo	414	116
Provisão para Riscos Contratuais	1.032	1.609
Menos: Receitas Que Não Representam Ingresso de Recursos	419	280
Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	419	280
De outras Fontes		
Aumento do Exigível a Longo Prazo:	0	6
Obrigações e Encargos a Longo Prazo	0	6
Baixa de Itens Imobilizado	142	952
Redução do Realizável a Longo Prazo	875	252
Adições ao Patrimônio Líquido	989	1.716

	2002	2001
APLICAÇÕES DE RECURSOS	2.276	5.848
Aumento do Realizável a Longo Prazo	481	2.746
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral - Financiamentos	70	79
Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais	358	356
Financiamentos à Pesquisa Mineral	41	43
Adquirentes de Direitos Minerais	0	2.258
Outros	12	10
Redução do Exigível a Longo Prazo	106	380
Encargos Sociais e Contribuições - Transferido para o Circulante	0	226
Financiamentos - Transferido para o Circulante	106	154
Baixas no Patrimônio Líquido	100	88
Aumento do Ativo Permanente	1.589	2.634
Imobilizado	1.589	2.634
Aumento do Capital Circulante Líquido	4.733	2.168
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE		
Ativo circulante:		
No Início do Exercício	22.232	21.200
No Fim do Exercício	27.528	22.232
	5.296	1.032
Passivo circulante:		
No Início do Exercício	21.698	22.834
No Fim do Exercício	22.261	21.698
	563	(1.136)
Aumento do Capital Circulante Líquido	4.733	2.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001****NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM é uma sociedade por Ações constituída pela União, na forma do decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994 e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Para a total e fiel consecução de seus objetivos sociais, compete à CPRM dominar o conhecimento das Geociências no interesse do País, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;
- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados, resguardando o interesse nacional;
- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração pública federal, estadual e municipal;
- Realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros ligados à sua área de atuação, bem como os relacionados a paleontologia e a geologia marinha;
- Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, consoantes com os procedimentos contábeis descritos na Nota 3.

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com base na nova legislação em vigor, através da Instrução CVM nº 248/96 e Parecer de Orientação nº 29/96, adaptou suas normas relativas a apresentação e divulgação de demonstrações contábeis, facultando a apresentação de informações complementares em moeda de poder aquisitivo constante.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

- (i) Os financiamentos a empresas de mineração, para aplicação em empreendimentos específicos de pesquisa mineral, quando concedidos sem cláusula de risco, são registrados em contas do ativo circulante e/ou do ativo realizável a longo prazo; quando a CPRM participa do risco da pesquisa, são registrados em conta do ativo realizável a longo prazo, até que seja apurado o resultado final da pesquisa;
- (ii) Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao de reposição;
- (iii) As inversões financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescidas dos rendimentos proporcionais ao tempo decorrido até o final do exercício;
- (iv) A provisão para créditos de liquidação duvidosa não foi constituída, tendo em vista não haver qualquer expectativa de perda em relação às contas a receber, considerando as condições estabelecidas no art. 43 da Lei 8.981/95;
- (v) Os investimentos estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31.12.95 e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável;
- (vi) Os bens componentes do ativo imobilizado, em uso, estão registrados ao valor de aquisição, incorporação e/ou construção;
- (vii) As depreciações dos bens do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, em função do tempo de vida útil dos bens, sendo as taxas de depreciação, normalmente praticadas pela CPRM, as seguintes:
Imóveis 4% a.a, Equipamentos: Operação 10% a.a.- Transporte 20% a.a.- Diversos 10% a.a.
- (viii) As imobilizações em curso estão registradas ao custo de aquisição a partir de 01.01.96;
- (ix) As demonstrações contábeis foram elaboradas dentro dos princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER

	(Em milhares de reais)	
	2002	2001
Serviços faturados	2.138	667
Outros valores a receber	383	932
	2.521	1.599

Sua composição, expressa em percentuais, é a seguinte:

- Agência Nacional de Energia Elétrica - ANA 85%
- Outros Clientes Públicos e Privados 15%

Os valores acima correspondem a serviços executados até 31/12/2002, apropriados à receita pelo regime de competência, cujo recebimento de suas faturas está previsto para o início de 2003.

NOTA 5 – MATERIAIS

	(Em milhares de reais)	
	2002	2001
Almoxarifado	277	299
Minérios de lavra experimental	5	5
Outros materiais	708	298
	990	602

NOTA 6 – ADQUIRENTES DE DIREITOS MINERAIS - LONGO PRAZO

Sob este título estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irreatável, pela CPRM, à Companhia Energética de São Paulo - CESP, nos termos definidos na "escritura de cessão de direitos minerais", firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda., com a interveniência da CPRM, por escritura pública lavrada em 11/11/1993.

Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas, bem sucedidas, de "turfa", realizadas pela Companhia, em uma área de 2.730 hectares do "Projeto Caçapava", localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa já foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Está também registrada sob este título, a cessão dos direitos minerários aos resultados das pesquisas de carvão mineral realizadas no município de Sapopema, Estado do Paraná, à Carbocampel S/A, com a anuência da Minerais do Paraná S/A – MINEROPAR, conforme termo de compromisso firmado em 13/12/83 e escritura pública lavrada no 21º Ofício de Notas do Estado do Rio de Janeiro, em 30/10/2001, no valor de R\$ 2.258 Mil.

As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética.

Os créditos foram corrigidos com base em índices oficiais e contratuais.

Foi acrescida no exercício de 2002 a provisão para riscos contratuais de R\$ 845 Mil (em 2001) para R\$ 1.132 Mil e o valor demonstrado no ativo realizável a longo prazo representa seu valor líquido (R\$ 4.590 Mil - R\$ 1.132 Mil = R\$ 3.458 Mil).

NOTA 7 – FINANCIAMENTOS À PESQUISA MINERAL

No ativo realizável a longo prazo estão registrados sob o título de fundo financeiro de pesquisa mineral, pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais e financiamentos à pesquisa mineral, valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, com recursos dos programas citados, pendentes de liquidação, por se encontrarem em cobrança judicial conforme ações ajuizadas pelos agentes financeiros ou por falta de aprovação do relatório final de pesquisa, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Foi acrescida no exercício de 2002 a provisão para riscos contratuais de R\$ 2.189 Mil (em 2001), para R\$ 2.933 Mil.

NOTA 8 – OUTROS CRÉDITOS – LONGO PRAZO

O valor registrado a título de outros créditos representa parcelas transferidas de contas a receber do ativo circulante, relativas a créditos por notas de débito pela outrora cessão de empregado à Assembléia Legislativa do Amapá, em processo de cobrança judicial e direitos relativos aos empréstimos compulsórios, sobre veículos e combustíveis.

NOTA 9 – IMOBILIZADO

	(Em milhares de reais)	
	2002	2001
Imóveis	32.737	32.802
Instalações	421	461
Equipamentos:		
Operação	9.168	9.529
Transporte	5.407	5.280
Diversos	9.210	9.233
Direitos de uso de telefones	163	163
Documentação, museus e objetos de arte	8.903	8.903
	66.009	66.371
Depreciações acumuladas	(43.787)	(41.310)
	22.222	25.061
Imobilizações em curso	3.820	3.087
	26.042	28.148

NOTA 10 – DIFERIDO

Registra como contrapartida, a atualização monetária incorrida sobre valores recebidos como parte do preço de cessão de direitos sobre jazida de carvão.

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS A PAGAR

	(Em milhares de reais)			
	2002	2001	2002	2001
	Circulante	Circulante	Longo Prazo	Longo Prazo
Em moeda estrangeira (1)	169	161	891	583
	169	161	891	583

(1) Correspondem a US\$ 299 Mil em 31/12/2002, sendo, renegociados conforme contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e Países credores, vencíveis de 30/06/1995 a 30/12/2006, em 24 parcelas semestrais.

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências apresenta registrado o valor de R\$ 750 Mil, para fazer face a possíveis situações futuras de perdas que possam ocorrer.

NOTA 13 – CRÉDITOS SUBVENCIONADOS PARA INDENIZAÇÃO DE ACIONISTAS

Iniciado em novembro de 2000 o processo de indenização de todos os acionistas, pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada, cujas ações foram desapropriadas pela Lei nº 8.970/94. Repassados pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria do Tesouro Nacional ao Ministério de Minas e Energia e posteriormente à CPRM, a dotação global de R\$ 4.631 Mil e respectivos recursos financeiros. A contrapartida do ingresso desses recursos está registrada no Ativo Circulante – Bens numerários e depósitos bancários a vista, na conta Única do Tesouro Nacional.

Até 31 de dezembro de 2002 foram indenizados cerca de 876 acionistas, perfazendo o valor de R\$ 2.912 Mil, faltando ainda indenizar 649 acionistas, até o valor limite autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional de R\$ 3.250 Mil, corrigido até 30.06.2000 e para efeito de indenização até a data do efetivo pagamento.

NOTA 14 – PROVISÃO PARA RISCOS CONTRATUAIS

A Provisão para Riscos Contratuais, contabilizada até 31.12.2001, no valor de R\$ 3.034 Mil, foi acrescida em 2002 para R\$ 4.066 Mil. A contrapartida está registrada como redutora das contas do Ativo Realizável a Longo Prazo, que estão demonstradas pelo seu valor líquido após a dedução da respectiva provisão.

NOTA 15 – CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2002, o Capital Social integralizado no valor de R\$ 26.772.942,38, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Iniciado em novembro de 2000 o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada, resultando que a participação da União no capital da Empresa alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto. Os acionistas terão direito a dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações.

NOTA 16 – DIVIDENDOS PROPOSTOS

A Administração está propondo destinar 25% do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 100 Mil, para pagamento do dividendo obrigatório, conforme Art. 50-II, do Estatuto, a ser deliberado pela Assembléia Geral Ordinária que será realizada em 23.04.2003.

NOTA 17 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A realização das reservas de reavaliação foram contabilizadas, no exercício, proporcionalmente às depreciações ocorridas, em contrapartida à conta de Resultados Acumulados.

NOTA 18 – SUBVENÇÕES PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS

A partir de 1991, a Companhia passou à condição de Entidade Supervisionada. Nesse novo quadro, está incluída no Orçamento da União, com recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações.

Os recursos recebidos mensalmente para operações são creditados no Passivo Circulante, na conta 220 - Créditos de Subvenções para Operações e são transferidos, mensalmente, para Receitas Operacionais nas subcontas do grupo 611 - Renda de Subvenções para Operações, por ocasião de sua realização, pela aplicação desses recursos, dentro do objeto de sua destinação. Do total de créditos orçamentários autorizados da fonte Tesouro de R\$ 114.126 Mil, os repasses financeiros efetivamente recebidos foram de R\$ 104.402 Mil.

Dos recursos recebidos, foram destinados R\$ 989 Mil para Investimentos, creditados, no Passivo Circulante, quando do seu recebimento, na conta 221 - Créditos de Subvenções para Investimentos e transferidos para a conta 262 - Reservas de Capital em subconta específica 262.73 - Subvenções para Investimentos - SIAFI, por ano de realização, quando de sua efetiva aplicação em bens de capital.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia nesse exercício apurou R\$ 1.624 Mil, entre Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com a Legislação em vigor que só permite compensar no máximo 30% do lucro fiscal, embora haja disponibilidade de créditos no LALUR.

NOTA 20 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	(Em milhares de reais)	
	2001	2001
Receitas:		
Variações cambiais, monetárias, juros e outros	1.138	793
Despesas:		
Variações cambiais, monetárias, juros e outros	1.083	438
	55	355

NOTA 21 – COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os ativos. Os principais seguros mantidos pela empresa são os seguintes em 31 de dezembro de 2002:

Modalidade	Objeto	Valor Segurado (Em milhares de reais)
Incêndio	Imóveis	24.639
Incêndio	Móveis, Máq. Equipamentos	21.970
Incêndio	Estoque de materiais	1.749
Total		48.358

NOTA 22 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

No exercício de 2002, a maior, a menor e a remuneração média mensal paga a empregados ocupantes de cargos permanentes foi de R\$ 9.171,95, R\$ 382,83 e R\$ 2.692,88, respectivamente.

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração paga no exercício de 2002 correspondeu a R\$ 8.611,26.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM

- (i) Examinamos o Balanço Patrimonial da **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM**, levantado em 31 de dezembro de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- (ii) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- (iii) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM** em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (iv) As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2001, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros Auditores Independentes, que emitiram parecer, datado de 15 de março de 2002, sem ressalvas.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2003.

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES S/C
CRC – 2 SP 017.676/0-8

HUGO FRANCISCO SACHO
CRC – 1 SP 124.067/0-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

O Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinando o Relatório Anual da Companhia - **2002**, bem como suas demonstrações contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2002**, e tendo como base as análises efetuadas, as informações e os esclarecimentos recebidos dos Órgãos da Administração e o Parecer da **SACHO AUDITORES INDEPENDENTES S/C** é de opinião que as peças examinadas traduzem de modo adequado as informações nelas contidas, a situação patrimonial, econômica e financeira da **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**, encontrando-se em condições de serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária da Sociedade.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2003.

GERALDO LOYOLA DA COSTA BARROS

MÁRCIA DINIZ DE CARVALHO

ROBERTO CAMPOS MARINHO

PARECER SOBRE A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DA COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002.

O Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou e aprovou a seguinte proposta da Administração, quanto à deliberação sobre a destinação do Resultado do Exercício, que apresentou lucro líquido de **R\$419.822,52** (quatrocentos e dezenove mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e dois centavos), a saber:

I - Constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido do exercício, no valor de **R\$20.991,13** (vinte mil, novecentos e noventa e um reais e treze centavos), de acordo com o **Artigo 193 da Lei nº 6404/76** e **Artigo 50-I do Estatuto**.

II - Destinação de 25% para o pagamento do dividendo obrigatório, no valor de **R\$99.707,85** (noventa e nove mil, setecentos e sete reais e oitenta e cinco centavos) conforme **Art. 50-II, do Estatuto**.

III - Transferência do saldo remanescente de **R\$299.123,54** (duzentos e noventa e nove mil, cento e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos), para ser incorporado à Conta de Lucros Acumulados.

O Conselho recomenda o encaminhamento da proposta à deliberação da Assembléia Geral Ordinária da Sociedade.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2003.

GERALDO LOYOLA DA COSTA BARROS

MÁRCIA DINIZ DE CARVALHO

ROBERTO CAMPOS MARINHO